

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-469851797>

DANÇAS, PERFORMANCES E (NOVAS) “EPIDEMIAS”: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

Will Paranhos, Elizabeth Fernandes de Macedo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8271>

Submetido em: 2024-03-15

Postado em: 2024-03-26 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

DANÇAS, PERFORMANCES E (NOVAS) “EPIDEMIAS”: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

WILL PARANHOS^{1,2}

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4454-4272>

<williamrosindoparanhos@gmail.com>

ELIZABETH FERNANDES DE MACEDO³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4886-8709>

<bethmacedo@pobox.com>

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

² Pronomes elu/ela/ele.

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

RESUMO: A polêmica em torno do *Batcu* ocorrido durante o evento *Em Prosa Brasil - 1º Encontro de Mobilização para a Promoção da Saúde no Brasil* nos convida a (re)pensar alguns aspectos em torno das performances e da performatividade. Quais corpos podem performar? Onde podem performar? Existe a definição de uma territorialidade adequada para tais performances? Deslocando o debate para o campo da educação, como tal movimento nos possibilita um também (re)pensar o espaço da escola, sendo este não um território, mas sim um local? O artigo pretende problematizar os dispositivos que tornam determinadas performances inteligíveis em detrimento de outras, criando emaranhamentos com as políticas identitárias que, por um lado, avançam em suas pautas, mas que, por outro, se percebem, mais uma vez, resguardadas a determinados espaços, sobretudo quando escondidas em “quatro paredes”, dando continuidade à estruturas de exploração biopolíticas. Nos interessa pensar também a partir da localização de tais performances, difratando com corpos “sudakas” que cada vez mais vazam por fissuras, ocupam espaços, dentre os quais a escola, e nos exigem tentativas, e sempre tentativas, de escapar das capturas normatizadoras.

Palavras-chave: performatividade, currículo, escola.

DANCES, PERFORMANCES AND (NEW) “EPIDEMICS”: WHAT DOES SCHOOL HAVE TO DO WITH THIS?

ABSTRACT: The controversy surrounding *Batcu* that occurred during the event *Em Prosa Brasil - 1st Mobilization Meeting for Health Promotion in Brazil* invites us to (re)think some aspects surrounding performances and performativity. Which bodies can perform? Where can they perform? Is there a definition of an appropriate territoriality for such performances? Shifting the debate to the field of education, how does such a movement enable us to also (re)think the school space, this being not a territory, but a location? The article aims to problematize the devices that make certain performances intelligible to the detriment of others, creating entanglements with identity policies that, on the one hand, advance their agendas, but which, on the other, are perceived, once again, to be reserved to certain spaces, especially when hidden within “four walls”, continuing biopolitical structures of exploitation. We are also interested in thinking about the location of such performances, diffracting with “sudaka” bodies that increasingly leak through fissures, occupy spaces, including the school, and require us to make attempts, and always attempts, to escape the normative captures.

Keywords: performativity, curriculum, school.

BAILES, ACTUACIONES Y (NUEVAS) “EPIDEMIAS”: ¿QUÉ TIENE QUE VER LA ESCUELA CON ESTO?

RESUMEN: La polémica en torno a *Batcu* ocurrida durante el evento *Em Prosa Brasil - 1er Encuentro de Movilización para la Promoción de la Salud en Brasil* nos invita a (re)pensar algunos aspectos en torno a la performance y la performatividad. ¿Qué órganos pueden actuar? ¿Dónde pueden actuar? ¿Existe una definición de una territorialidad adecuada para tales actuaciones? Llevando el debate al campo de la educación, ¿cómo este movimiento nos permite (re)pensar también el espacio escolar, que no es un territorio sino un lugar? El artículo pretende problematizar los dispositivos que hacen inteligibles ciertas actuaciones en detrimento de otras, creando enredos con políticas identitarias que, por un lado, promueven sus agendas, pero que, por el otro, se perciben, una vez más, como reservadas a ciertos espacios, especialmente cuando están escondidos entre “cuatro paredes”, continuando estructuras biopolíticas de explotación. También nos interesa pensar en la ubicación de tales performances, difractando con cuerpos “sudaka” que cada vez más se filtran por fisuras, ocupan espacios, incluida la escuela, y nos exigen hacer intentos, y siempre intentos, de escapar de las capturas normativas.

Palabras clave: performatividad, currículo, escuela.

Cena 1: Duas professoras, sentadas à mesa da sala das professoras e professores, durante o intervalo em uma escola pública, conferindo suas redes sociais:

- Menina, você viu isso que aconteceu ontem?

- Não. O quê?

- Não sei ao certo, mas parece que estava acontecendo um evento lá no Ministério da Saúde e, durante o intervalo, realizaram uma apresentação de dança. Era “essa gente” LGBT. Tinham uns cantando e uma, ou um, sei lá, dançando em cima do palco.

- Mas o que tem de mais nisso?

- Ah, acontece que a dançarina - vou chamar assim, porque não sei direito “o que é” - estava lá na frente rebolando, ficando de quatro no chão, até as roupas íntimas dela apareciam.

- Mentira! Sério mesmo? Não é fake news?

- Que fake news, que nada! Olha aqui o vídeo.

- Mas, o que é isso que essa gente tá cantando? Batcu?

- Pois agora você veja, por isso que o mundo está perdido mesmo. Onde é que já se viu fazer uma coisa desse tipo em um lugar igual ao Ministério da Saúde?

- Sim, completamente inapropriado. Ainda mais com uma música dessas. Se é que a gente pode chamar um absurdo desses de música.

- Aí depois as crianças vêem isso na internet e querem fazer igual aqui dentro da escola.

- Exatamente, e o pior é que, no final, sobra pra gente. Aí vem aquele monte de pai e mãe querendo saber o que é que está acontecendo na escola, porque a filha ou o filho deles só pode ter aprendido isso aqui, já que em casa esse tipo de coisa não entra.

- E como é que não vai entrar? Deveria existir uma lei para proibir esse tipo de coisa!

INTRODUÇÃO

Talvez a pergunta que ressoa mais fortemente ao nos depararmos com a cena apresentada seja: de que maneira uma performance “qualquer” se relaciona com os aspectos curriculares e com o campo da escola? Nos propomos, em nossa escrita, a pensar em torno da repercussão gerada a partir de uma performance onde uma dançarina “rebolava” ao som de *Batcu*, música da artista drag Aretuza Lovi

em parceria com a funkeira Valesca Popozuda, fato ocorrido durante o evento *Em Prosa Brasil - 1º Encontro de Mobilização para a Promoção da Saúde no Brasil*, em 05 de outubro de 2023, organizado pelo Ministério da Saúde, contexto que tornou-se a fagulha que reacendeu toda uma discussão acerca daquilo que tem-se por apropriado ou não para determinados espaços. Este é somente um exemplo do qual fazemos uso para analisarmos parte de uma problemática, bastante antiga, que atinge - e apavora - escolas e docentes, quando músicas e danças “eróticas” adentram aos muros de um lugar que deveria - ao menos para o senso comum - ser asséptico. A questão não é o *Batu*, o arrocha, o funk ou dançar *Na Boquinha da Garrafa*, mas sim aquilo que pode, aquilo que não pode e aquilo que talvez possa, a depender do local.

Justamente com base nesse provável questionamento que emerge diante da cena acima fabulada, e pensando em criarmos emaranhados mais amplos e complexos para difratarmos¹ em conjunto, é que, ao perceber suas nuances, apresentamos também nossas principais inquietações, as quais nortearão a escrita, sempre tateante, do presente texto: quais corpos podem performar?; onde podem performar?; existe a definição de uma territorialidade adequada para tais performances?; e, deslocando o debate para o campo da educação, como tal movimento nos possibilita um também (re)pensar o espaço da escola, sendo este não um território, mas um local? De acordo com Elizabeth Macedo e Thiago Ranniery (2022, p. 2),

[e]m conhecida genealogia do neoliberalismo, Michel Foucault (2008) mostrou como esse regime, antes de tudo, constitui subjetividades que lhe são correlatas. O neoliberal não é um outro distante de nós, mas uma espécie de ethos que pode vir a nos caracterizar a todos nós, mesmo quando se afirma ser de esquerda, mesmo quando se defende os direitos humanos ou quando detesta seus princípios.

É deste lócus neoliberal, e de alguns signos ali produzidos, que partimos, seguindo rastros de uma submetodologia indisciplinada (Jota Mombaça, 2016), com o objetivo de problematizar alguns dos dispositivos que tornam determinadas performances inteligíveis em detrimento de outras, justamente em uma conjuntura em que as pautas identitárias, por um lado, avançam em suas demandas, mas que, por outro, se percebem, enquanto corpos em dissidência, mais uma vez, resguardadas a determinados espaços, sobretudo quando escondidas entre “quatro paredes”, dando continuidade à estruturas de exploração biopolíticas que buscam docilizá-los (Will [William Roslindo]² Paranhos; Eliz Wiggers; Inara Willerding, 2022).

Aprendemos, principalmente ao falarmos sobre performatividade, que se faz necessário um deslocamento constante de nosso campo de atuação, a fim de observarmos como outros contextos tem se comportado diante das demandas neoliberais que não tardam a impactar sobre a educação - quando não incidem, primeiramente, sobre ela. Assim, o “rebolado” executado dentro de um espaço público como o do Ministério da Saúde e, especialmente, todos os reflexos que dali decorreram, nos “oferecem oportunidades para pensar sobre nós mesmos de maneira diferente” (Stephen Ball; Antonio Olmedo, 2013, p. 87, tradução nossa), crendo que, em nosso exercício docente, temos que criar maneiras de escapar das constantes capturas perpetradas pelo “cistema³” hegemônico neoliberal.

Assim, organizamos este texto partindo da cena apresentada e desta introdução; seguimos apresentando um debate conceitual em torno de performance e performatividade; pensamos, na terceira seção, como a performatividade constitui-se em um dispositivo que cria territórios definidos;

trazemos, posteriormente, alguns comentários retirados da rede social Instagram que representam parte da repercussão gerada a partir da performance em questão e, por fim, nos ocupamos em demonstrar a necessidade de repensarmos a performatividade e a escola, a fim de que esta última, enquanto lugar, abra-se, de fato, à alteridade, distanciando-se - ou, ao menos, tentando distanciar-se - do constante controle dos corpos.

PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE⁴

Considerando a centralidade que os processos de subjetivação possuem em nossa discussão, acreditamos que as leituras de Judith Butler tornam-se indispensáveis, colocando-as “em funcionamento para pensar outras normatividades” (Elizabeth Macedo; Janet Miller, 2022, p. 5). A performatividade é, possivelmente, o núcleo duro de todas as discussões propostas pela autora, o qual começa a ser desenvolvido em *Problemas de Gênero*, publicado em 1990 (Leandro Colling; Murilo Arruda; Murillo Nonato, 2019).

Ao debruçar-se sobre a identidade de gênero, Judith Butler questiona como tal identidade é constituída ao percebê-la dentro de um quadro de rígidas regulações. A partir do conceito de inscrição de Michel Foucault, Butler entende que o poder, na figura das normas e convenções sociais, é inscrito sobre os corpos que passam a incorporar tais normas e produzir corpos - os próprios e outros - que significam esta lei através de suas próprias corporalidades (marcas corporais). Neste processo - o qual, talvez, possamos perceber como cíclico -, o gênero se forma a partir das expressões que seriam, para Butler, também, seus resultados (Cássio Rocha, 2014).

O processo de inscrição, produção e reprodução de corpos a partir das/nas/com as normas sociais estabelecidas é que é tido por Butler como sendo a performatividade, “compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Judith Butler, 2001, p. 154). Para a autora, “[a] realidade do sujeito que diz, do corpo que fala e age, é performativamente produzida *in situ*⁵ pelo que é dito e feito” (Rodrigo Borba, 2014, p. 448, grifos do original). Em outras palavras, podemos pensar que os sujeitos constituem-se a partir da performatividade, a qual é arquitetada, por sua vez, pela performance dos sujeitos.

Contudo, não foram raras as críticas dirigidas à Butler, ao considerar que sua teoria era demasiado voluntarista. A autora, a fim de rebatê-las,

propôs uma diferenciação entre performance de gênero e performatividade de gênero. Nessa distinção, performance seria aquela realizada pelas pessoas drags e que se caracteriza por um ato limitado, produto de uma vontade ou de uma eleição de quem a realiza. ‘É um erro reduzir a performatividade à performance’ (Butler, 2002:69). Já a performatividade de gênero, como explicamos anteriormente, não é caracterizada pela eleição ou agência do sujeito, mas pelo efeito repetido da norma, ainda que essas repetições nem sempre sejam realizadas da maneira como as normas desejam (Leandro Colling; Murilo Arruda; Murillo Nonato, 2019, pp. 13-14).

Ou seja, chegamos a um ponto onde percebemos “um modelo performativo da identidade no qual nossas ações, repetidas incessantemente, constituem a identidade como se fosse algo natural [,] um efeito de performances repetidas que reatualizam discursos histórica e culturalmente específicos” (Rodrigo Borba, 2014, p. 448).

Seguindo o horizonte butleriano, depreendemos que a interação entre performance e performatividade produz, e é produzida, pelas normas vigentes no cenário performativo social. O que queremos dizer com isto, amparando-nos em Judith Butler (2002), é que não há sujeito que seja completamente livre em sua construção, seja ela de gênero, social, política, entre outras, no instante em que, desde sempre, se está respondendo às normas sociais que são os pilares da performatividade, a qual depende desta constante interação e, mormente, de sua repetição para que se estabeleça.

Por fim, queremos aqui criar uma analogia que, talvez, simplifique um pouco o entendimento em torno da performatividade, quase-conceito que, não raro, deixa dúvidas. Podemos imaginar que a linguagem seja um vírus que, para se disseminar, necessita de vetores, no caso nós, os sujeitos. Por mais que não percebamos, milhares de vírus passam por nossos corpos todos os dias e, de nossos corpos, disseminam-se para outros corpos, sejam eles humanos ou não-humanos. O mesmo ocorre com a linguagem, que passa por nós sem que tenhamos algum tipo de estranhamento, haja vista ser o exercício linguístico algo que encontra-se introjetado em nossas vidas; é algo automático, para o qual não nos esforçamos em realizar. Tal qual como na disseminação viral, onde ao passar pelos corpos os vírus modificam sua estrutura, o mesmo ocorre com a linguagem que, ao entrar em contato conosco, modifica-se.

Entretanto, para que a disseminação tenha êxito e siga seu curso multiplicativo, é fundamental que haja um reconhecimento. Ainda tomando por base a analogia da atividade viral, podemos dizer que o reconhecimento é o momento onde o vírus encontra em nossos corpos “brechas” para que possa ocorrer a infecção. Voltando à linguagem enquanto performatividade, o reconhecimento também é obrigatório para que institua-se a iterabilidade, promovendo sua disseminação. Mesmo que não haja a infecção - reconhecimento -, o vírus irá se disseminar usando-nos como veículo. Porém, caso sejamos acometidos pela virose, não raro tornamo-nos transmissores em potencial, além de inaugurarmos um novo “contexto”, o qual nomeamos de doença. Com a linguagem não é diferente. Se ela nos “infecta”, com toda a certeza será repetida de maneiras muito mais expressivas, gerando inúmeros efeitos, bem como criando um novo contexto de significação - opiniões, achismos, defesas, teses...

Por mais que investiguemos os efeitos, será muito difícil precisar a gênese de qualquer pandemia viral, visto que ela já iniciou há muito tempo, já reconfigurou-se por diversas vezes, escapando de qualquer possibilidade de encontrarmos seu princípio, numa tentativa de “cura”. Em face disto é que, geralmente, desenvolvem-se vacinas que lutam contra o vigor da atuação viral, produzindo anticorpos para combatê-lo, e não um remédio que produza a cura. E com relação à performatividade? Retornaremos a este ponto adiante.

PERFORMATIVIDADE E CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Partindo do pressuposto de que não existe processo de subjetivação e de materialização corporal que seja isento das agências oriundas da atividade performática, torna-se imperioso analisarmos em que contexto a performatividade opera atualmente, a fim de pensarmos a respeito dos reflexos que tal arquitetura pode vir a produzir no cotidiano, na vida e, em especial, naqueles corpos que possuem um desejo intenso de romper com as fixações na construção de suas próprias histórias.

Atendo-nos, principalmente, ao cenário brasileiro, devemos retornar ao ano de 2013, momento em que iniciaram, em nosso país, protestos bastante expressivos, conhecidos como Jornadas

de Junho, que rapidamente foram cooptados pelas alas mais conservadoras que, desde a eleição do primeiro governo popular em 2002, amargavam com posições, quase sempre, coadjuvantes ou, até mesmo, de figuração. Por conta da rápida e estratégica mobilização, o conservadorismo nacional conquistou lugar de destaque nas eleições de 2014 e, trabalhando incansavelmente nos dois anos posteriores, garantiu o tão desejado *impeachment* de Dilma Rousseff, primeiro passo para que pudessem chegar ao poder no ano de 2018. Sem embargo, deve-se destacar que este é um movimento que seguia, à época, uma tendência internacional (Michael Löwy, 2015), a qual instituía-se com base no “declínio da democracia liberal e [no] endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos via procedimentos democráticos” (Ronaldo de Almeida, 2019, p. 186).

Para Michael Löwy (2015), em sua análise global, os grupos conservadores possuem uma tendência a valerem-se de discursos anti-corrupção como forma de chamar a atenção do eleitorado e, a partir daí, iniciam a defesa de bandeiras que são essenciais para que haja o avanço do neoliberalismo político, econômico e social. Esta é uma estratégia que também lhes possibilita “justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares” (Michael Löwy, 2015, p. 662). Com relação às bandeiras, infelizmente podemos sistematizar uma extensa lista de pautas que tendem a operar de maneira apelativa, angariando novos defensores: religiosidade, defesa dos valores tradicionais, defesa da família tradicional, militarização - clamando pela intervenção militar e trazendo consigo um saudosismo por épocas ditatoriais -, armamentismo, expansão do agronegócio e retraimento das pautas ambientalistas, defesa de um Estado mínimo, privatizações em larga escala, entre outras (Michael Löwy, 2015; Ronaldo de Almeida, 2019).

Afunilando nossa contextualização e voltando-se à figura, bastante controversa e, pode-se dizer, por vezes caricata - porém não em um sentido positivo -, do ex-presidente que representava os valores conservadores, observamos a invocação de uma considerável proeminência da figura do “macho”, viril e provedor (Leandro Brito, 2022), o que é ilustrado por meio de manifestações públicas onde o mesmo fazia questão de reafirmar-se como a personificação de tal imagem, à exemplo de seu discurso durante o desfile de sete de setembro de 2022, onde o ex-governante entoou um coro referindo-se a si mesmo: “imbrochável, imbrochável, imbrochável, imbrochável, imbrochável” (Ricardo Senra, 2022, s. p.).

O sujeito que representa essa performatividade neoliberal e, por diversas vezes, conservadora, é definido por Wendy Brown (2017) como *homo economicus*. Não é por acaso que o primeiro termo da definição seja *homo*, fazendo referência ao homem cisgênero. Contudo, o que aqui nos interessa é a discussão feita por Brown (2017) acerca da necessidade que tal sujeito performativo possui de “ontologizar [...] o indivíduo, a família heterossexual nuclear e a diferença sexual” (p. 277) a fim de organizar o tecido social. Deste modo, valendo-se de uma performatividade do trabalho generificada, fica à cargo do homem - sempre dotado de capacidade - prover e da mulher ser o “arrimo” da família, mas somente no que tange os aspectos do cuidado, afinal será ela a responsável por todos aqueles sujeitos considerados improdutivos.

Dito de maneira diferente, enquanto o *homo oeconomicus* neoliberal é ao mesmo tempo gendricado [...] e gendricante [...] em sua ascendência e disseminação, isso é ilegível em seus próprios termos. A responsabilidade contínua das mulheres em prover assistência, nas mais variadas formas, dentro e fora do lar, significa que as mulheres ao mesmo tempo requerem a infraestrutura social visível que o neoliberalismo busca dismantelar por meio da privatização e são a infraestrutura invisível que sustenta um mundo supostamente formado por capitais

humanos investidores de si. Portanto, a figura do homo oeconomicus não é simplesmente ilusória ou ideológica em sua negação das pessoas e práticas que constituem e sustentam a vida humana. Ao contrário, quando o homo oeconomicus se torna a verdade governante, quando organiza as leis, condutas, políticas e os arranjos cotidianos, os fardos e a invisibilidade sobre aqueles indivíduos e práticas excluídos se intensificam (Wendy Brown, 2017, p. 280).

O raciocínio que vimos construído é importante para assegurarmos que os sujeitos são “o resultado de infindáveis processos de construção de identidades que são, em maior ou menor grau, mas nunca completamente, estrangidos pelas contingências do determinado momento histórico em que se inscrevem” (Stephen Ball; Antonio Olmedo, 2013, p. 87), sendo que este, por sua vez, nunca é somente um começo ou fim constante. O sujeito inscrito na performatividade social é um devir, ou, como diria Marlene Wayar (2021), um gerúndio, um “vamos-sendo”, pois está em constante processo de tensão e deslocamento, considerando-se os pressupostos sociais, políticos e econômicos que nela se inscrevem.

Se somos resultados da performatividade e se, ao mesmo tempo, “damos corpo” à mesma, concluímos que ela também pode ser definida como uma atividade maquínica, que está constantemente se formulando e reformulando, a depender de inúmeros aspectos que estão ali imbricados. “Essas situações são o que poderíamos chamar de estados de dominação e implicam a quase total impossibilidade de desenvolver práticas de liberdade” (Stephen Ball; Antonio Olmedo, 2013, p. 90), não sendo possível escapar ao que está posto. A partir daí é importante pensarmos contextualmente e analisarmos o fato de que acabamos de “sair” de um período onde os discursos em torno da família tradicional, da moral e dos bons costumes foram propagados com veemência, tornando-se sobrevalorizados, e passaram a ocupar um espaço considerável dentro da performatividade social.

É impossível considerarmos a humanidade sem cogitarmos os processos de territorialização, haja vista sermos animais substancialmente territoriais. A noção de território surge, então, como bastante significativa dentro das linhas que estamos traçando. O território possui, de acordo com Rogério Haesbaert (2007) uma dupla conotação, tanto material quanto simbólica. Em sua etimologia, o termo território provém de *terra-territorium* e de *terreoterritor*, sendo este último ligado à ideia de “terror” ou de “aterrorizar”. Diante disto, percebe-se que, com base no território, surge a possibilidade de uma “dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar” (Rogério Haesbaert, 2007, p. 20). Por outro lado, aqueles que possuem o privilégio de usufruir de tal territorialidade, o mesmo pode proporcionar a noção positiva de apropriação.

Para que se haja a posse do território e, conseqüentemente, para que ele possa ser invadido, dominado, faz-se necessária a definição de limites deste espaço, conhecidas também como fronteiras. Aqui, não fazemos uso do conceito de fronteiras como aquele difratado por Gloria Anzaldúa (2005), no qual as diferenças se instituem e (com)vivem, mas da fronteira que divide e separa o que está “dentro e fora”.

Podemos, simplificadamente, falar em quatro grandes "fins" ou objetivos da territorialização, que podem ser acumulados e/ou distintamente valorizados ao longo do tempo: - abrigo físico, fonte de recursos materiais e/ou meio de produção; - identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria construção de fronteiras); - controle e/ou disciplinarização através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados, no caso do mundo moderno); - construção e controle de

conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações) (Rogério Haesbaert, 2007, p. 28).

Corpo-lugar é o quase-conceito do qual Marcelo Brito (2017) parte em sua escrita. Para o autor, o lugar pode ser compreendido como um espaço de abertura, onde se experienciam múltiplas vivências nas mais variadas escalas, haja vista não haver uma zona limítrofe que a possa definir. Quando dizemos que algo “está lá naquele lugar”, indicamos, minimamente, onde determinada coisa pode se encontrar, porém não há, nesta fala, exatidão, justamente pelo fato de o lugar não possuir fronteiras. Quando este lugar é dominado, estimulando o surgimento de distintas formas de autoridade sobre o mesmo, configura-se, para Rogério Haesbaert (2007), a real perspectiva daquilo que se entende por território.

A performatividade cria diversos territórios: territórios do saber, territórios do poder, territórios do sentido, territórios de gênero, territórios culturais... Tais zonas - não raro, conflituosas - resguardam todos aqueles que estão cumprindo com as diretrizes regulamentadas e, em assim sendo, protege-os. “Mesmo que uma imagem se torne hegemônica, ela se configura frente a uma gama de outras possibilidades - debatendo com elas de forma tácita, mantendo-as à distância ou subordinando-as” (Wendy Brown, 2017, p. 267), iniciando, assim, verdadeiras guerras pela defesa do território, atacando com munição pesada todos aqueles que ousam ficar para fora das muralhas que protegem as territorialidades.

Dentro/fora é uma oposição que tece as tramas da metafísica ocidental, instituindo relações hierárquicas que compreendem o “fora” sempre como inferior, oposição esta que, segundo Jacques Derrida (2001), deve ser invertida, ou melhor, desconstruída, enfatizando a necessidade de implodir tais movimentos por meio de operações que ocorrem no interior de tais construções - em nosso caso, os territórios performativos ou as performatividades territoriais.

O BATCU E DEPOIS DO BATCU

Apesar de já termos iniciado este texto com uma sintética descrição da performance ocorrida no Ministério da Saúde, cremos ser extremamente relevante - além de nossa obrigação enquanto pesquisadoras - ampliarmos as perspectivas. Após o evento, o Ministério da Saúde emitiu uma nota, assumindo seu posicionamento institucional:

O Ministério da Saúde reforça que o episódio isolado não reflete a política da pasta nem os propósitos do debate sobre a promoção à saúde realizado no encontro. O evento, vinculado à Secretaria de Atenção Primária à Saúde, teve como objetivo apoiar a implementação e gestão participativa da Política Nacional de Promoção da Saúde a partir do compartilhamento de experiências entre gestores e trabalhadores de diferentes estados, com momentos dedicados à diversidade cultural. Para evitar que situações semelhantes ocorram novamente, a pasta imediatamente criou uma curadoria de eventos, vinculada ao Gabinete da Ministra, que avaliará se as participações propostas estão adequadas com a conduta e com a missão institucional do Ministério da Saúde (BRASIL, 2023, s. p.).

Embora tenha agido rapidamente, o ministério não conseguiu conter uma verdadeira enxurrada de matérias, discursos e posicionamentos fortemente influenciados pela ala conservadora que iniciou uma verdadeira “caça às bruxas”, precipuamente por meio de falas nas redes sociais (O Globo, 2023, s. p.), exigindo que a pasta divulgasse os gastos com o evento (Luísa Marzullo, 2023, s. p.) e

Já outras falas buscam sustentação na ridicularização. Se pensarmos que o ato de racializar consiste em menosprezar, diminuir ou discriminar determinado grupo em virtude de características em comum (Edis Lapolli; Will [William Roslindo] Paranhos; Inara Willerding, 2022), logo podemos inferir que o uso da “graça” para atacar determinada pessoa, grupo ou movimento consiste, como nos lembra Adilson Moreira (2019), em uma prática de racismo recreativo.

Imagem 11

Deve ser uma campanha pra exame de fezes
1.164 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imagem 12

"Promoção de saúde mental" ensinando como não se portar em público
927 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imagem 13

Chamar isto de artístico é piada
5 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A questão do território e/ou da espacialização também esteve extremamente presente nos comentários analisados, todos afirmando ser aquele um ambiente inapropriado para o tipo de performance proposta, a qual deveria se resguardar a espaços específicos.

Imagem 14

estamos em outros tempos e ali não cabia de jeito nenhum, quem propôs um ato desse sabia o que estava fazendo com certeza
2 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imagem 15

meu amigo, menos passada de pano por favor. Existem situações mais adequadas e aquela não era uma delas.
5 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imagem 16

"críticas da oposição" ah pronto... para de politizar e achar que crítica só vem da oposição! Isso aí deveria ser absurdo pra qualquer um.. nem só pela apresentação, mas pelo ambiente e evento. Tá faltando é bom senso mesmo
989 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Por fim, e não podemos deixar de destacar, há um recorte bastante expressivo no que se refere aos aspectos de gêneros e sexualidades, quando, de um lado, deslegitima-se a identidade transexual ou travesti, afirmando não se tratar esta de um espectro que performe na mulheridade (Letícia Nascimento, 2021), ou ainda vinculando-a à prostituição.

Imagem 17

Não era uma mulher.
24 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imagem 18

Foi bizarro. Vergonhoso para todo mundo que viu. Alguém foi pago pra aplaudir a stripper.
32 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imagem 19

A apresentação mostra um homem vestido de mulher num show de horrores, poderiam ter sido interrompidos quando viram a pataquatada.
1 curtida [Responder](#) [Ver tradução](#)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imagem 20

Que grupo artístico ? Grupo artístico ou de sacanagem ?
3 curtidas [Responder](#) [Ver tradução](#)

Imagem 21

VOGUING??? Pelo amor de Deus né? Essa putaria explícita que chamam de dança é funk do mais baixo e vulgar que pode existir.
😏

Imagem 22

O que o povo merece é alguém de lingerie semi nu rebolando de costas pra o povo? Um país com tantas necessidades, não merece isso.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Imagem 23

Tudo isso para dizer que somos livres em nossa sexualidade, a ponto de escancarar o anseio inconsciente de, mediante tais danças, acasalar em público? Não basta abordar o sexo no sentido de defendermos com quem desejamos ficar, independentemente das convenções? Qual a finalidade de vulgarizar a libido a pretexto de fazer arte? É sujar a imagem do progressismo brasileiro?

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nosso desejo aqui não é o de propor uma análise do discurso, onde nos aprofundaríamos em cada um dos enunciados apresentados. Os mesmos são expostos a fim de validar nossas afirmativas preliminares, servir-nos de base para uma discussão ampla acerca da performatividade e, ademais, levar-nos a difratar em torno da “indissolubilidade entre a materialidade e a significação” (Leandro Colling; Murilo Arruda; Murillo Nonato, 2019, p. 9), bem como acerca da maneira como tais constructos tornam corpos, discursos, expressões e práticas inteligíveis, ou mesmo “aceitáveis”, em detrimento de outros.

É imperioso lembrarmos que “a tecnologia da performatividade aparece como enganosamente objetiva e hiper-racional. Central para o seu funcionamento é a tradução de processos e eventos sociais complexos em simples figuras ou categorias de julgamento” (Stephen Ball, 2003, p. 217), o que, ao nosso ver, é facilmente identificável. É a partir delas que nossa atenção se voltou para os novos fenômenos que surgem no cenário social, os quais, nos parece, novamente se dispõem a produzir uma abjeção do outro, levando-nos a esta tentativa de pensar sobre um movimento que ameaça sujeitos da/em mudança a partir da performatividade (Stephen Ball, 2003).

Retornamos, assim, à lógica territorialista do dentro/fora que nos leva, diretamente, à *Epistemologia do armário* de Eve Kosofsky Sedgwick (2007) que, em sua construção, debate a ideia de sigilo e da privacidade presentes em nossa sociedade cisheteronormada. A análise de Sedgwick (2007) debruça-se, prioritariamente, na analogia do armário como território onde pessoas sexo-gênero em dissidência encontram-se escondidas enquanto não assumem publicamente suas identidades e orientações. Percebam que o uso de “território” não é mero acaso. Sujeitos que encontram-se no armário não estão lá por desejo genuíno, mas sim por conta de todo um “cistema” que estrutura uma narrativa capaz de controlar os mais distintos corpos e, por meio de sua operação, regular os processos de subjetivação dos mesmos. A construção do armário representa uma

[...] crise específica de definição [que] marcou por sua vez outros pares tão básicos para a organização cultural moderna, como masculino/ feminino, maioria/minoria, inocência/iniciação, natural/artificial, novo/velho, crescimento/decadência, urbano/provinciano, saúde/ doença, mesmo/diferente, cognição/paranóia, arte/kitsch, sinceridade/sentimentalidade e voluntariedade/dependência (Eve Sedgwick, 2007, pp. 28-29).

Dentro do quadro neoliberal, “o privado’ [vem] sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial” (Susan Okin, 2008, p. 306), e o público, por outro lado, representa um território de maior

acessibilidade. A partir desta definição, o par público/privado chancela tanto questões relacionadas ao Estado - público - quanto à vida doméstica - privado. Assim, de uma maneira muito simples, podemos depreender que tudo aquilo que comumente relacionamos com a vida doméstica, tais como família e vida íntima, estão intrinsecamente ligadas ao contexto do privado. A construção de uma cisão social não é recente, mas remonta ao Século XVII, sobretudo relacionado ao tecido político ocidental onde, sabe-se, há uma considerável influência de sistemas como o patriarcado, o qual liga-se a muitos outros locais de poder, mesmo aqueles mais contemporâneos (Susan Okin, 2008).

A relação dicotômica instituída é utilizada, largamente, para defender que o Estado - público - não deve intrometer-se naquilo que diz respeito à vida privada - doméstico -, assegurando, ao menos em teoria, que tais separações sejam aplicadas a todos os sujeitos da mesma maneira. Os estudos feministas, no entanto, rebatem tal definição, no instante em que “[a] idéia liberal da não-intervenção do Estado no âmbito doméstico, ao invés de manter a neutralidade, na verdade reforça as desigualdades existentes nesse âmbito” (Susan Okin, 2008, p. 320), posicionamento este do qual partimos e ampliamos, pois não somente as desigualdades de gênero são reforçadas, mas todas aquelas figuradas por sujeitos subalternizados (Gayatri Spivak, 2010). Em seu estudo que busca analisar a compreensão de docentes acerca das questões de gêneros, sexualidades e diversidade no ambiente escolar a partir da perspectiva docente, Ana Flávia Madureira e Ângela Branco (2015) explicitam o quanto a fronteira binária do público/privado ainda surge nos discursos como sendo um validador de determinados papéis assumidos pelos sujeitos na sociedade, sejam estes relacionados à identidade de gênero ou à orientação afetivo-sexual. Por mais que haja uma “defesa” da “diversidade”, esta se encerra quando algo inapropriado evade do espaço privado, causando estranhamento dentro do contexto social.

O movimento de “rereteritolização”, se é que podemos assim chamar, a partir da performatividade, concebendo uma nova ideia de armário, onde estabelece-se uma relação dentro/fora inversa àquela que Jacques Derrida (2001) advertiu em outro momento - visto que agora é aquilo que está dentro que considera-se como inferior, desvio -, tem dado outras pistas além da performance do *Batcu*. Começamos pelo Projeto de Lei (PL) 580/07, e textos a ele apensados, que contraria a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, no ano de 2011, decidiu equiparar as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis cisheterossexuais. O projeto prevê que, a partir de sua aprovação, não poderão ser mais utilizados os termos “casamento” e “união estável”, os quais serão de uso exclusivo em matrimônios entre pessoas do sexo oposto, e que, em seu lugar, utilizar-se-á a palavra “contrato”, a fim de que somente os direitos patrimoniais sejam garantidos na união de pessoas do mesmo sexo. O PL foi aprovado em 10 de outubro de 2023, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, por 12 votos contra cinco, e agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça da casa legislativa (Agência Câmara de Notícias, 2023a; Marcos Amorozo, 2023).

Durante a votação do PL, entoou-se, por parte da bancada conservadora, um verdadeiro coro contra as crianças trans (Mariah Aquino, 2023), ação não isolada, mas que representa uma série de outros projetos de lei que também tramitam pela casa, a exemplo do Projeto de Lei 192/23 que “criminaliza a conduta das pessoas que incentivem ou permitam a mudança de sexo em crianças ou adolescentes” (Agência Câmara de Notícias, 2023b, s. p.), o Projeto de Lei 204/23 que “veda cirurgias de mudança de sexo para menores de 21 anos e terapias hormonais para menores de 18 anos” (Agência Câmara de Notícias, 2023c, s. p.), ou ainda a aprovação de um debate, por parte da Comissão de

Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, com fins de questionar as “orientações do Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Medicina para o tratamento de crianças em incongruência de gênero, popularmente denominadas como crianças e adolescentes trans” (Agência Câmara de Notícias, 2023d, s. p.).

Por fim, em 05 de dezembro de 2023, momento em que ainda nos debruçamos sobre a construção deste, chega-nos a notícia da aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei PL 6256/2019, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, objetivando o compartilhamento de informações entre poder público e órgãos a ele ligados/subordinados de maneira simples e objetiva, facilitando sua compreensão. Ocorre que, durante sua votação, um destaque realizado pelo deputado Junio Amaral (PL-MG), proibindo o uso de Linguagem Neutra por estes órgãos, recebeu 257 votos favoráveis, 144 contrários e duas abstenções (Carta Capital, 2023, s. p.). Tais atos proibitivos em torno da linguagem neutra somam-se nas casas legislativas municipais e estaduais do país, sobretudo no último ano.

Estes são somente alguns fatos que nos possibilitam exemplificar aquilo que trouxemos anteriormente, enquanto realizamos uma analogia entre disseminação viral e performatividade. Existe, no atual contexto brasileiro, uma produção viral, uma disseminação que, aos poucos, nos dá indícios de uma nova pandemia, a qual não tem sido percebida com a devida atenção por nós que compomos a academia. Não existe, nessa “nova” performatividade que vem se instituindo, um princípio, um começo, um epicentro que possamos atacar. Ela é, na verdade, somente uma constante repetição e proliferação discursivo-material (Karen Barad, 2007) que tem encontrado reconhecimento em alguns agrupamentos, ressoado e formado contextos, os mais conservadores possíveis.

Se, no ano de 2014, Suzana Barros, Paula Regina Ribeiro e Raquel Quadrado afirmaram que “[n]a contemporaneidade, podemos perceber um afrouxamento entre as fronteiras do que é permitido para o espaço público e para o espaço privado na sociedade atual” (p. 201), passados dez anos, parece-nos que estamos retrocedendo. Discursos como os que trouxemos ilustram o movimento que objetiva não só guardar, mas esconder as pessoas que se negam a seguir os caminhos das diversas normatividades no fundo do armário, inclusive jogando a chave fora e fadando-as, novamente, à segregação.

“BATCURRÍCULO” - (RE)PENSAR A PERFORMATIVIDADE, (RE)PENSAR A ESCOLA

O vírus com o qual lidamos não surge no *Batcu*. Na realidade, ele encontra um território já anteriormente delimitado - o conservadorismo - onde institui-se um processo de reconhecimento, condição necessária para que torne-se iterável e, conseqüentemente, repetível, sendo que nesta repetição vários efeitos surgem, criando novos contextos. Este vírus já vem sendo propagado há muito e qualquer tentativa de definir sua gênese nos levará, com toda a certeza, há séculos atrás. Porém, numa análise um pouco mais próxima de nossa atual temporalidade, é fato que ele é uma variante daquele mesmo vírus que “começa” - quando na verdade tudo já havia começado muito antes - nosso país em Junho de 2013.

Em sua obra mais recente, *Dysphoria mundi. El sonido del mundo derrumbándose*, Paul Preciado (2022) potencializa suas difrações por meio de um giro político-onto-epistemológico que busca perceber as formas que os corpos contemporâneos têm utilizado como estratégia contraproducente, a fim de escapar dos regimes de regulação. Escrito durante a pandemia do Covid-19, Preciado utiliza do

vírus, tal como o fazemos, como analogia para ilustrar seus pensamentos. De acordo com o filósofo, uma das maneiras que os Estados encontraram para proteger-se da pandemia foi buscar relocalizar as fronteiras, já instituídas e dando os contornos aos territórios, transferindo-as para espaços muito menores, facilitando, possivelmente, seu governo. Estes territórios foram os corpos que, a partir de então, deveriam obedecer à lógica do confinamento, prática que não é recente, mas que era utilizada, ao menos nos últimos anos, para com imigrantes e refugiados, garantindo que seus corpos ficassem fora do convívio comunitário. Percebe-se a adaptação, a modificação de uma disseminação viral que já era conhecida, gerando novos efeitos, promovendo novos contextos e garantindo a estabilidade de uma política de performatividade.

Paul Preciado (2022) segue emaranhando seus “pensamentos com” em torno do fenômeno que, naquele momento, nos parecia insolucionável, e produzindo análises que, passado aquele duro período, nos parecem extremamente lúcidas e necessárias. Um outro ponto que merece destaque dentro de sua obra, que muito se aproxima ao exercício que aqui propomos e que possui total relação com a territorialização dos corpos, é uma outra construção territorial que foi batizada pelo espanhol como “telerrepública” da casa. De um lado deste quase-conceito, temos a ideia de que a casa foi transformada em um local de extrema tecnificação, onde as tecnologias de trabalho e controle foram aprimoradas, possibilitando que seguíssemos as normas do confinamento. Contudo, o que mais nos interessa aqui é a outra ideia que também está inscrita na “telerrepública”, consistindo na reedição dos dispositivos que asseguram a ideia da dicotomia público/privado. Não é por acaso que, durante o isolamento social, os números de violência doméstica aumentaram exponencialmente, afinal existia a “segurança” de que não haveriam interferências externas ao que ocorria naquele espaço (Lucimara Fornari *et al*, 2021; Bernardo Melo *et al*, 2020; Felipe Ornell *et al*, 2020).

Ao final de seu texto, Preciado (2022) relaciona algumas práticas que poderiam nos auxiliar na implementação de uma abordagem contraprodutiva, por meio de exercícios como a

desidentificação, desnormalização, a coletivização da somateca, hibridação, autobiohack e a resistência ao consumo poltóxicomaniaco. Para Preciado estas são práticas e estratégias necessárias para liberação de todo o “potencial metamórfico e revolucionário”, que levará à emancipação das multidões através da ressensibilização e ressignificação dos corpos, das consciências, da percepção e dos sentidos. Estas são práticas de experimentação, reparação e cuidado. E, somadas ao redor do mundo, já constituem as insurreições que causaram profundas rachaduras aos fundamentos do antigo regime (Bryan Axt, 2023, p. 320)

Partindo das dinâmicas dos vírus, Preciado (2022) também percebeu o surgimento de uma forma outra de performatividade social, a mesma, mesmo sendo outra, mas, ao mesmo tempo, sendo a mesma que estamos percebendo aqui - elas estão entrelaçadas e fazem parte de um processo de disseminação que entrecruza-se em vários pontos. As práticas apontadas por Paul Preciado devem ser consideradas como “vacinas” que tem potencial para atacar o vírus que é disseminado, práticas estas que podemos utilizar dentro do campo da educação.

Seja a pandemia e seus reflexos territorialistas, sejam os movimentos contra a criança trans, o casamento homoafetivo, a linguagem neutra, ou ainda seja ainda a repercussão gerada a partir da performance do *Batcu*, fato de onde partimos para a construção de nosso argumento, a ideia central que defendemos enquanto pesquisadoras da educação é a necessidade de (re)pensarmos a performatividade e (re)pensarmos a escola, sem que haja, nesta relação, qualquer tipo de hierarquia. Todos os indícios que

apresentamos ao longo do texto nos demonstram a emergência de considerarmos, diante da “nova” organização performática, aspectos extremamente necessários para que possamos garantir o respeito e a compreensão à alteridade dentro do âmbito escolar.

Esta é uma demanda que devemos assumir em nosso exercício docente e existem algumas motivações para tanto. A primeira, e talvez mais crucial entre todas, é a de que enquanto sujeitos que vivem dentro do “cistema” neoliberal, somos também, reiteradamente, capturados pela performatividade, operando a partir de suas normas e, ao mesmo tempo, constituindo-as (Claire Goodley; Jane Perryman, 2022). Em nossas atividades laborais, cada vez mais somos levados ao desenvolvimento de uma prática individualizada, haja vista a grande demanda de trabalho que nos impede de realizar construções coletivas, além da introdução de “uma rotina de constante relato e registo da nossa prática” (Stephen Ball; Antonio Olmedo, 2013, p. 90), o que nos leva a uma permanente sensação de desmotivação e insegurança, as quais não nos é permitido expressar, visto que temos por obrigação sempre buscar fazer mais e melhor.

Outro fator bastante presente é a necessidade constante de demonstrarmos nosso desempenho por meio de indicadores, os quais acabam, não raro, sendo definidos e divulgados precipitadamente, sem que de fato tenhamos desenvolvido quaisquer atividades que sejam consideradas como produções de excelência (Stephen Ball; Antonio Olmedo, 2013). A mesma lógica também exige de nós que absolutamente tudo o que fazemos objetive a agregação de algum valor comensurável, sendo impossível produzirmos algo pelo simples desejo de produzir (Byung-Chul Han, 2015; Byung-Chul Han, 2023). Partindo dos comentários expostos anteriormente, podemos considerar que, em determinado ponto, os mesmos questionam: o que uma dança como essa agrega?; ela produz algo? Respostas são necessárias, pois “[o]s resultados são priorizados sobre os processos, os números sobre as experiências, os procedimentos sobre as ideias, a produtividade sobre a criatividade” (Stephen Ball; Antonio Olmedo, 2013, p. 91).

Por fim, indagamos: a escola é território ou local? De acordo com Elizabeth Macedo (2017), “[n]egociar com a alteridade nos despoja do lugar tranquilo de uma comunidade de reconhecimento” (p. 551), o que nos dá indícios de que, realmente, um exercício ético-político em prol da alteridade não é nada simples, porém “este é um caminho ético para educação porque explicita nossa interdependência constitutiva, nos obriga a reconhecer o outro como aquilo que não foi inventado” (Elizabeth Macedo, 2017, p. 551). Em sendo a escola um espaço que deve abrir-se à diferença e, como consequência, tendo nós docentes o compromisso de militar por tal abertura, devemos entendê-la enquanto lugar, sem zonas ou limites definidos, que dificultam, ou até mesmo impedem a entrada de muitos (Rogério Haesbaert, 2007).

Nosso papel é duvidar deste novo território que vem sendo delimitado pelos movimentos conservadores, justamente pelo fato de não percebermos sua operação junto a nós, pois, conforme indicam Stephen Ball e Antonio Olmedo (2013), “[a] racionalidade da performatividade se apresenta como o novo senso comum, como algo lógico e desejável” (p. 89). Talvez tenhamos sido nós que, ao vermos a dança, disparamos comentários definindo-a como inapropriada, indecente, ou qualquer outra adjetivação que possa ter sido usada, reação esperada pelo poder performativo. Todavia, “[r]esistir à performatividade ao nível discursivo implica problematizar a essência e a 'matéria-prima' das nossas próprias práticas. Exige a desconstrução e recriação de si e uma certa capacidade de autoexame crítico” (Stephen Ball; Antonio Olmedo, 2013, p. 89).

O convite, com toda a certeza, nos causa receio, pois desenha-se no recinto da educação aquilo que é definido por Claire Goodley e Jane Perryman (2022) como “[p]erformatividade panóptica”, que se refere a “um regime de inspeção em que professores e alunos se sentem como se estivessem constantemente a ser observados, e atuam em conformidade, a fim de escapar ao regime” (p. 10). Atualmente, o que temos na escola é o estabelecimento de um ambiente de visibilidade normalizado, indicando o desdobramento oriundo de uma espécie de pós-panoptismo, onde o controle visual é tamanho que já se introjetou em nossas subjetivações.

Talvez isso nos leve, também, a entender por qual razão as pessoas agem de maneira tão rápida seguindo os padrões instituídos pela performatividade, como no caso dos discursos disparados a partir do *Batcu*, inclusive podendo-se deslocar tal análise acerca dos setores conservadores que, na necessidade de defender determinado posicionamento, também respondem a esta performatividade na “obrigação” de “denunciar”, reforçado pelo que trazem Ball e Olmedo (2013): “o neoliberalismo difere da iteração anterior substituindo a lógica da troca pela da competição” (p. 88). Outrossim, “[s]e podemos dizer que não há vida sem essa negociação — ela é constitutiva de nossa subjetividade —, é importante estar atentos para as tentativas de deslegitimá-la e torná-la invisível” (Elizabeth Macedo, 2017, p. 551), não nos sendo mais possível fazer uso da linguagem sem questionar a mensagem que a mesma carrega em si.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — código de financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Comissão aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. *Câmara dos Deputados*, 2023a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>. Acesso em: 18 out. 2023.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto pune com prisão quem incentivar ou permitir mudança de sexo em crianças e adolescentes. *Câmara dos Deputados*, 2023b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/941111-PROJETO-PUNE-COM-PRISAO-QUEM-INCENTIVA-R-OU-PERMITIR-MUDANCA-DE-SEXO-EM-CRIANCAS-E-ADOLESCENTES>. Acesso em: 18 out. 2023.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto proíbe cirurgia de mudança de sexo em menores de 21 anos. *Câmara dos Deputados*, 2023c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/941218-projeto-proibe-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-em-menores-de-21-anos/>. Acesso em: 18 out. 2023.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Comissão promove debate sobre orientações de tratamento para crianças e adolescentes trans. *Câmara dos Deputados*, 2023d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/973154-comissao-promove-debate-sobre-orientacoes-de-tratament-o-para-criancas-e-adolescentes-trans/>. Acesso em: 18 out. 2023.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, [S. l.], v. 38, p. 185-213, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Book, 2005.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AXT, Bryan. Dysphoria mundi: por uma nova ontologia política comum. *Caderno Espaço Feminino*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 316–321, 2023. DOI: 10.14393/CEF-v36n1-2023-19.

BALL, Stephen J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 37-56, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BALL, Stephen J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of Education Policy*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 215-228, 2003. <http://dx.doi.org/10.1080/0268093022000043065>.

BALL, Stephen J.; OLMEDO, Antonio. Care of the self, resistance and subjectivity under neoliberal governmentalities. *Critical Studies in Education*, [S. l.], v. 54, n. 1, p. 85-96, 2013.

BARAD, Karen. *Meeting the universe halfway*. Durham: Duke University Press, 2007.

BARROS, Suzana da C. de; RIBEIRO, Paula R. C.; QUADRADO, Raquel P. Sexting: a espetacularização da sexualidade. *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 24, n. 45, p. 197–215, 2014. DOI: 10.18675/1981-8106.vol24.n45.p197-215. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7394>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 43, p. 441–473, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645172>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL 247. Batcu: Lula manda Ministério da Saúde demitir todos os responsáveis pela dança erótica. *Brasil 247*, 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/batcu-lula-manda-ministerio-da-saude-demitir-todos-os-responsaveis-pela-danca-erotica>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Posicionamento do Ministério da Saúde sobre o 1º Encontro de Mobilização para Promoção da Saúde*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/canais-de-atendimento/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2023/posicionamento-do-ministerio-da-saude-sobre-o-1-encontro-de-mobilizacao-para-promocao-da-saude>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRITO, Leandro Teofilo de. “ENFRENTAR O VÍRUS COMO HOMEM E NÃO COMO MOLEQUE”: QUANDO A MASCULINIDADE TÓXICA SE TORNA GENOCIDA. *Revista Docência e Cibercultura*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 150–162, 2022. DOI: 10.12957/redoc.2022.62923.

BRITO, Marcelo Sousa. O lugar que há em nós ou o corpo-lugar que somos nós. *ILINX-Revista do LUME*, [S. l.], n. 12, p. 12-22, 2017.

BROWN, Wendy. Revisando Foucault: homo politicus e homo oeconomicus. *DoisPontos*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 265-288, 2017.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p.151-172.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael Mérida. *Sexualidades transgressoras: Uma antología de estúdios queer*. Barcelona: Icária editorial, 2002. p. 55-80.

CARTA CAPITAL. Câmara aprova proibição de linguagem neutra em órgãos públicos. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-aprova-proibicao-de-linguagem-neutra-em-orgaos-publicos/amp/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

COLLING, Leandro; ARRUDA, Murilo S.; NONATO, Murillo N. Perfechatividades de gênero : a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 57, p. e195702, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8658138>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

FORNARI, Lucimara Fabiana *et al.* Violência doméstica contra a mulher na pandemia: estratégias de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0631>. Acesso em: 15 mar. 2024.

GOODLEY, Claire; PERRYMAN, Jane. Beyond the ‘terrors of performativity’: dichotomies, identities and escaping the panopticon. *London Review of Education*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 1-14, 2022.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. *Vita contemplativa ou sobre a inatividade*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2023.

HELLEN LEITE. Após dança erótica em cerimônia, Ministério da Saúde anuncia curadoria para organizar eventos. R7, 2023. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/apos-danca-erotica-em-cerimonia-ministerio-da-saude-anuncia-curadoria-para-organizar-eventos-06102023>. Acesso em: 09 out. 2023.

IGOR GADELHA. “Batcu”: Irritado, Planalto pressionou Ministério da Saúde por reação. *Metrópoles*, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/batcu-planalto-saude-reacao>. Acesso em: 09 out. 2023.

INGRID SOARES. Após "dança erótica", Ministério da Saúde cria curadoria para eventos. *Diário de Pernambuco*, 2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/10/apos-danca-erotica-ministerio-da-saude-cria-curadoria-para-eventos.html>. Acesso em: 09 out. 2023.

ISADORA TEIXEIRA. “Batcu”: deputado aciona MP após evento do governo com dança erótica. *Metrópoles*, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/batcu-deputado-aciona-mp-apos-evento-do-governo-com-danca-erotica>. Acesso em: 11 out. 2023

JORNAL O DIÁRIO. Evento da Saúde apresenta dança obscena e música pornográfica. *Jornal O Diário*, 2023. Disponível em: <https://www.odiariojornal.com.br/noticia/4756/evento-da-saude-apresenta-danca-obscena-e-musica-pornografica>. Acesso em: 09 out. 2023.

LAPOLLI, Édis Mafra Lapolli; PARANHOS, William Roslindo; WILLERDING, Inara Antunes Vieira. *DIVERSIDADES: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças*. 1 ed. Florianópolis - SC: Editora Pandion, 2022.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, [S. l.], n. 124, p. 652-664, 2015.

LUÍSA MARZULLO. Dança 'Batcu': bolsonaristas solicitam detalhamento de gastos do evento promovido pelo Ministério da Saúde. *O Globo*, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/10/06/danca-batcu-bolsonaristas-solicitam-detalhamento-de-gastos-do-evento-promovido-pelo-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2023.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar? Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. *Currículo sem fronteiras*, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 539-554, 2017.

MACEDO, Elizabeth; MILLER, Janet L. POR UM CURRÍCULO “OUTRO”: autonomia e relacionalidade. *Currículo sem Fronteiras*, [S. l.], v. 22, p. e1153, 2022.

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. NEOLIBERALISMO, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO: interpelações da diferença. *Currículo sem Fronteiras*, [S. l.], v. 22, p. e1150, 2022.

MADUREIRA, Ana Flávia do A.; BRANCO, Ingrid U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015.

MARCOS AMOROZO. Comissão da Câmara aprova projeto de lei que proíbe casamento homoafetivo. *CNN*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-casamento-homoafetivo/>. Acesso em: 18 out. 2023.

MARLICE PINTO VILELA. Mulher apresenta dança sexual em evento do Ministério da Saúde. *Gazeta do Povo*, 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mulher-danca-sexual-evento-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 09 out. 2023.

MARIAH AQUINO. Câmara: votação sobre união homoafetiva vira coro contra criança trans. votação sobre união homoafetiva vira coro contra criança trans. *Metrópoles*, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/camara-votacao-sobre-uniao-homoafetiva-vira-coro-contra-crianca-trans>. Acesso em: 18 out. 2023.

MELO, Bernardo Dolabella *et al.* *Violência doméstica e familiar na covid-19*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 22 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/41121/Sa%c3%bade-Mental-e-Aten%c3%a7%c3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-viol%c3%aancia-dom%c3%a9stica-e-familiar-na-Covid-19.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 18 out. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Revista Concinnitas*, [S. l.], v. 1, n. 28, p. 334-354, 2016.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina P. do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NATÁLIA SANTOS. Oposição crítica dança erótica apresentada em evento do Ministério da Saúde em Brasília. *Estadão*, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/oposicao-critica-danca-evento-ministerio-da-saude-brasilia-gover-no-lula-nprp/>. Acesso em: 09 out. 2023.

PARANHOS, Will; JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa. “Por uma escola gorda!”: difrações a partir do ativismo e estudos do corpo gordo. *Revista Teias*, [S. l.], v. 24, n. 75, p. 150–165, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.78800. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/78800>. Acesso em: 5 dez. 2023.

PARANHOS, William R.; WIGGERS, Eliz M. ; WILLERDING, Inara A. V. A ?DOCILIZAÇÃO? DE CORPOS EM DISCURSOS POLÍTICOS E SUA REPERCUSSÃO NOS CONTEXTOS EDUCATIVOS. In: Flávia Cristina Silveira Lemos *et al.* (Org.). *O dispositivo gênero-sexualidade-racismos e a educação libertária: ensaios analíticos de Psicologia Social*. Curitiba: CRV, 2022, p. 423-440.

O GLOBO. Oposição reage a evento promovido pelo Ministério da Saúde com dança 'batcu'; vídeo. *O Globo*, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/10/oposicao-reage-a-evento-promovido-pelo-ministerio-da-saude-com-danca-batcu.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2023.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, v. 16, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA, João Manuel de. Trans-ações de gênero, operando contra o sistema. *ex aquo*, [S. l.] n. 38, p. 9-16, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.01>

ORNELL, Felipe *et al.* Violência doméstica e consumo de drogas durante a pandemia da COVID-19. *Pensando Famílias*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 3-11, 2020.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S. l.], v. 18, p. 117-143, 2002.

PRECIADO, Paul B. *Dysphoria mundi: El sonido del mundo derrumbándose*. Espanha: Editorial Anagrama, 2022.

RICARDO SENRA. News Brasil. Imbrochável? 'Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil', diz psicanalista. *BBC*, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>. Acesso em: 12 out. 2023.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 43, p. 507-516, 2014.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, v. 28, p. 19-54, 2007.

SIMONE BLANES. Ministra da Saúde exonera diretor da pasta após dança sensual em evento. *Veja*, 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/diretor-de-ministerio-da-saude-e-exonerado-apos-danca-sensual-em-evento/>. Acesso em: 09 out. 2023.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RODRIGO VILELA. Toca o BATCU: evento do ministério da saúde tem bunda de fora e dança pornográfica. evento do Ministério da Saúde tem bunda de fora e dança pornográfica. *Diário do Poder*, 2023. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/xwk-brasil/toca-o-batcu-evento-do-ministerio-da-saude-tem-bunda-de-fora-e-danca-pornografica>. Acesso em: 09 out. 2023.

WAYAR, Marlene. *Travestí: una teoría lo suficientemente buena*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Muchas Nuances, 2021.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autora 1 – Participação ativa em todas as fases de pesquisa e produção do texto.

Autora 2 – Participação ativa em todas as fases de pesquisa e produção do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

^[1] “A difração é um fenômeno físico relacionado às ondas, sejam elas de luz, som, água ou outros. Diferentemente da reflexão, onde a onda é emitida, encontra um obstáculo e reflete, mudando sua direção, na difração, após o encontro com o obstáculo, a onda cria outros movimentos, como o atravessamento do obstáculo por pequenos orifícios (a onda contrai-se), a transposição pelas margens da barreira, o rebatimento, contudo não só mudando de direção, mas de forma, sentido, estrutura, e outros. A reflexão é uma maneira de representação, tão somente. Já no fenômeno da difração é que as diferenças surgem (Donna Haraway, 1997; Karen Barad, 2007)” (Will Paranhos; Maria Luisa Jimenez-Jimenez, 2023, p. 153).

^[2] Na época da escrita do texto referenciado, a autora ainda não se compreendia enquanto uma pessoa não-binária. Haja vista o fato de, atualmente, fazer uso de seu nome social, colocamos entre colchetes a autoria utilizada conforme trabalho citado, à época de sua publicação.

^[3] Dando a ideia de um sistema que se organiza em torno da cisgeneridade (João Manuel de Oliveira, 2018).

^[4] Jean-François Lyotard parte, em suas discussões, da noção de “visão performativa” de John Langshaw Austin, a qual defende não haver “uma preocupação em delimitar as fronteiras entre a filosofia e a lingüística” (Paulo Ottoni, 2002, p. 122), inaugurando o que ficou conhecido como filosofia da linguagem. De modo muito sintético, pode-se compreender que, para Austin, os verbos, quando enunciados, além de descreverem uma ação também tem a capacidade de executá-la (John Langshaw Austin, 1990). Ou seja, os verbos são performativos. Um exemplo bastante clássico, utilizado pelo autor, é o dos votos de casamento por meio da utilização de “aceito”, onde o termo expressa muito mais do que seu significado, mas é ele que produz a ideia de matrimônio. A performatividade seria “uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação, e mesmo, tal como define Lyotard, um sistema de ‘terror’, sistema que implica julgamento, comparação e exposição, tomados respectivamente como formas de controle, de atrito e de mudança” (Stephen Ball, 2010, p. 38) e que, por sua parte, se baseia “em recompensas e sanções (tanto materiais quanto simbólicas)” (Ball, 2003, p. 216). É este o emaranhado conceitual que,

lapidado por Stephen Ball, servirá de base para inúmeros estudos e pesquisas que buscam perceber a maneira como a performatividade “constrói” pessoas e, conseqüentemente, todo o tecido social.

^[5] *In situ* é uma expressão de origem latina que significa “no lugar”.

^[6] Utilizamos de “nova” entre aspas, no intuito de enfatizar que não existe inovação alguma na lógica da performatividade que se apresenta, mas que ela é somente o reflexo de práticas de performatividade bastante antigas e que, dado sua iterabilidade, surgem de maneira modificada, em alguns aspectos, podendo levar a uma sensação de que há algo de novo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.